



1) A propósito da Jurisdição, considere as seguintes proposições:

- I. Enquanto manifestação da soberania do Estado, a jurisdição não é passível de delegação a terceiros, sendo exercida exclusivamente por magistrados investidos em conformidade com as regras da Constituição Federal;
- II. Por força do princípio da aderência, a jurisdição está limitada ao espaço geográfico sobre o qual se projeta a soberania do Estado;
- III. A ideia matriz do princípio do juiz natural legitima a instituição de juízos e tribunais especiais, destinados à solução de conflitos prévios e determinados, gravados de especial interesse social;
- IV. Embora não se instaure de ofício a jurisdição, os órgãos jurisdicionais do Estado devem oferecer respostas a todos os conflitos que lhes sejam submetidos, ainda que omissa ou obscura a legislação em vigor.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) O item I é certo e o item II é errado;
 - b) O item II é certo e o item III é errado;
 - c) O item III é certo e o item IV é errado;
 - d) O item IV é certo e o item I é errado;
- 2) No que concerne à substituição das partes e dos procuradores, é correto afirmar que
- a) A alienação de coisa litigiosa, a título particular, por ato *inter vivos*, altera a legitimidade das partes.
 - b) O cessionário pode ingressar em juízo, substituindo o cedente, independentemente do consentimento da parte contrária.
 - c) O adquirente não poderá intervir no processo na condição de assistente do alienante.
 - d) A sentença, proferida entre as partes originárias, estende seus efeitos ao adquirente.
- 3) A respeito da ação e dos sujeitos do processo, assinale a opção correta.
- a) Ocorre a sucessão processual quando um terceiro assume o lugar do litigante, ocupando a mesma posição e passando a integrar a relação processual na condição de sucessora da parte originária. Nesse caso, o sucessor atua em nome próprio por um direito que lhe é próprio.
 - b) Ocorre a substituição processual quando a titularidade da relação processual é atribuída a pessoa distinta da que figura na relação jurídica de direito material, como, por exemplo, ocorre

- c) Tem legitimidade ativa para agir o titular da pretensão formulada em face de quem é o sujeito passivo dessa mesma pretensão. Essa legitimidade, seja ativa ou passiva, corresponde à capacidade processual de ser parte.
 - d) Ocorre cumulação de ações quando se verifica a coexistência de várias ações à disposição e à escolha do autor para fazer valer a sua pretensão contra um ou vários réus, mediante o ajuizamento de duas ou mais ações, por via do mesmo processo.
- 4) No que se refere aos princípios que regem o processo civil e aos relativos à jurisdição civil, assinale a opção correta.
- a) Por representar garantia constitucional que visa à proteção do interesse público representado pelo patrimônio das pessoas de direito público, o duplo grau de jurisdição é exigido em todo e qualquer processo em que tais pessoas sejam partes ou intervenientes.
 - b) O princípio da publicidade não impede que existam processos em segredo de justiça, no interesse das próprias partes. Esse sigilo é restrito a estranhos, enquanto não prejudicar o interesse público à informação, assim, por autorização do juiz, os atos processuais podem ser investigados e conhecidos por outros, além das partes e seus advogados.
 - c) Pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, nenhum juiz será afastado de suas funções sem que lhe sejam garantidos, em processo adequado, os direitos inerentes ao contraditório e à ampla defesa.
 - d) Pelo princípio do contraditório, o autor pode deduzir a ação em juízo, alegar e provar os fatos constitutivos de seu direito, e ao réu é assegurado o direito de contestar todos os fatos alegados pelo autor, como também o de fazer a prova contrária, salvo em caso de revelia.
- 5) Sobre a flexibilização procedimental, assinale a alternativa incorreta:
- a) São conhecidas 04 (quatro) modelos de flexibilização do procedimento: legal genérica, legal alternativa, judicial e voluntária
 - b) Tendo-se em vista que o direito processual civil brasileiro adota a regra da liberalidade das formas, o CPC/73 admite, expressamente, a flexibilização judicial do procedimento.
 - c) A flexibilização judicial do procedimento, que é medida excepcional, só pode ser empregada mediante fundamentação idônea, contraditório



- d) O padrão flexibilizador adotado pelo CPC/73 é o da flexibilização legal alternativa, que o lei define previamente as variantes procedimentais que podem ser implementadas pelo juiz, conforme as particularidades do caso.
- 6) Foram interpostos embargos infringentes contra o acórdão não unânime que reformou, em grau de apelação, a sentença de mérito da ação. Estes embargos não foram, indevidamente, admitidos. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, desta decisão:
- Caberá recurso especial, no prazo de quinze dias para o Superior Tribunal de Justiça.
 - Caberá agravo, em dez dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
 - Caberá agravo, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
 - Não caberá recurso, mas apenas mandado de segurança em vista da teratologia da decisão.
- 7) Sobre a execução e os títulos executivos, assinale a alternativa correta:
- O princípio da *nulla executio sine titulo* autoriza a afirmação de que não há execução no processo civil brasileiro que não esteja lastreada em título executivo previsto no art. 475-N, do CPC (art. 618 do CPC), devendo o interessado, caso não o tenha, se valer do prévio processo de conhecimento, seja pelo rito comum (ordinário e sumário), seja pela via monitória;
 - Admite-se no ordenamento jurídico pátrio o *pactum executivum*, através do qual as partes, em contrato, podem estabelecer que determinado documento tenha eficácia de título executivo;
 - Nas hipóteses de execução sem título executivo, cabe ao juiz, e não à lei, autorizá-la, com base na verossimilhança da alegação do autor;
 - Após a Lei 11.382/2005, não há diferença substancial entre o procedimento executivo fundado em título executivo judicial ou extrajudicial.
- 8) À luz dos mais recentes pronunciamentos do STJ a respeito do processo de execução e cumprimento de sentença, assinale a alternativa incorreta:
- O termo inicial do prazo de 15 dias para a incidência da multa de 10% do art. 475-J, do CPC, é a intimação do devedor, na pessoa do advogado, para o cumprimento da decisão.
 - Aplica-se o art. 745-A do CPC, que trata do parcelamento da dívida pelo devedor na execução de título extrajudicial, ao cumprimento de sentença, fazendo-se as adaptações necessárias;

- Incide a multa de 10% do art. 475-J, do CPC, na execução provisória de sentença;
- O depósito, pelo devedor, do valor devido para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença de pagar, não afasta a incidência da multa do art. 475-J, do CPC, caso a impugnação seja desacolhida.

TEXTO RELATIVO ÀS QUESTÕES 9, 10, 11 e 12:

Não se nega a importâncias das súmulas de jurisprudência dominante, mesmo para países adeptos do sistema da *civil law*, como o Brasil. Afinal, a uniformidade das decisões é predicado de igualdade substancial, que como se sabe é garantia constitucional (art. 5º, caput, da CF). Tal afirmação é válida mesmo para questões processuais, já que não é recomendável que jurisdicionados tenham processos semelhantes cujo andamento siga regras/interpretações absolutamente distintas. Assinale, portanto, o único enunciado dos blocos abaixo, que não representa adequadamente enunciado do STJ a respeito de temas relacionados ao direito processual civil:

- 9) Processo de execução
- Os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da Fazenda Estadual, ainda que não coexistam penhoras sobre o mesmo bem.
 - Na execução de crédito relativo a cotas condominiais, este tem preferência sobre o hipotecário.
 - Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria.
 - É legítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.
- 10) Ainda sobre processo de execução
- É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou moradia da sua família.
 - A extinção das ações de pequeno valor é faculdade da Administração federal, vedada a atuação judicial de ofício;
 - A prévia intimação pessoal do devedor não constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação de fazer ou não fazer
 - A Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório
- 11) Custo do processo
- Admite-se que o preparo seja efetuado no primeiro dia útil subsequente, quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário.



- b) O INSS não está obrigado a efetuar depósito prévio do preparo por gozar das prerrogativas e privilégios da Fazenda Pública.
- c) Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.
- d) O INSS goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos nas ações acidentárias e de benefícios propostas na Justiça Estadual

12) Processo coletivo

- a) O Ministério Público tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.
- b) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual.
- c) São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.
- d) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.

13) Sobre as condições da ação, assinale a alternativa correta:

- a) Para os adeptos da teoria assercionista sobre as condições da ação, constatada a qualquer fase do processo a falta delas, o caso é de extinção do processo sem análise do mérito.
- b) Capacidade processual e capacidade postulatória são termos sinônimos.
- c) Ocorre impossibilidade do pedido quando não existe, no ordenamento jurídico, norma que autorize a postulação.
- d) O interesse de agir, considerado indispensável para a propositura da ação judicial, deve persistir até o momento da prolação da sentença, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

14) A redescoberta da eficácia da arbitragem no Brasil se deveu, quase que exclusivamente, ao advento da Lei 9.307/96, que revogou a antiga sistemática a respeito do tema existente no CPC/73. A respeito da citada lei, analise a proposições abaixo e, após, assinale a alternativa correta:

- I. A Lei 9.307/96, em apertado resumo, inovou o modelo até então adotado no Brasil, dispensando o sistema da homologação do laudo arbitral pelo juiz estatal, e admitiu,

II. Caso a cláusula compromissória contenha todos os elementos necessários para a instauração do juízo arbitral (cláusula cheia) e uma das partes se recuse a submeter o conflito ao árbitro(s) livremente eleito, a outra parte deverá se valer do disposto no art. 7º, da Lei 9.307/96, requerendo ao juiz estatal a instauração compulsória da arbitragem.

III. Compromisso arbitral é gênero, do qual cláusula compromissória e convenção de arbitragem são espécies.

IV. Caso o árbitro, no exercício de suas funções, necessite conduzir coercitivamente uma testemunha para depoimento, deverá solicitar à Polícia Judiciária (Polícia Civil) ou à Polícia Militar apoio, vez que não é dado aos Tribunais Arbitrais, *sponte propria*, o exercício de ato de força privativo das autoridades públicas investidas.

- a) Todas estão corretas
- b) As alternativas I e II estão corretas
- c) As alternativas I, II e IV estão corretas
- d) Apenas a alternativa I está correta

15) Sobre os meios adequados para a solução dos conflitos (ditos alternativos), julgue as afirmações abaixo e, após, assinale a alternativa correta correspondente.

I. Enquanto a mediação e a conciliação são técnicas de solução dos conflitos, a transação é um dos possíveis resultados do emprego dessas técnicas.

II. A autocomposição pode ocorrer através da transação, reconhecimento jurídico do pedido ou renúncia ao direito em que se funda a ação.

III. Técnicas como inversão de papéis, sumarização retrospectiva positiva, separação de pessoas dos problemas, entre outras, são típicas da mediação, embora também utilizáveis na conciliação

IV. A negociação é uma técnica de solução dos conflitos, através da qual as partes buscam a autocomposição sem a participação de terceiros colaboradores imparciais.

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) As alternativas I, II e III estão corretas
- c) As alternativas II, III e IV estão corretas
- d) As alternativas I e IV estão corretas

16) Com relação ao tema do inquérito civil:

I. A instauração do inquérito civil pelo MP não impede a propositura da ação civil pública pelos demais co-legitimados;



- II. Embora o inquérito civil tenha, como uma de suas características, a publicidade, ele poderá ser sigiloso se de sua publicidade puder advir prejuízo às investigações;
- III. A instauração do inquérito civil é imprescindível para a propositura da ação civil pública, quando ajuizada pelo MP;
- IV. Podem instaurar o inquérito civil, apenas, o MP e a Defensoria Pública.
- Assinale o item correspondente às afirmativas corretas.
- a) III e IV
b) II e IV
c) II e III
d) I e II
- 17) Sobre a coisa julgada no processo coletivo, assinale a alternativa incorreta;
- a) Prevalece na doutrina, e majoritariamente no âmbito da jurisprudência superior, o entendimento de que a limitação territorial da eficácia da sentença coletiva, prevista no art. 16 da Lei 7.347/85, não tem efeito prático ante a regra do art. 103 do CDC.
- b) A coisa julgada no processo coletivo para a tutela dos direitos individuais homogêneos é *in utilibus* e *secundum eventum litis*, de modo que tirante a hipótese do art. 94 do CDC (em que o particular intervém como assistente/litiscorsorte do autor coletivo), a sentença proferida só fará coisa julgada se for procedente o pedido, caso em que as vítimas e sucessores poderão liquidá-la e executá-la em seu favor.
- c) Nas ações coletivas para a tutela dos direitos individuais homogêneos, não há coisa julgada se o pedido for julgado improcedente por falta de provas, sendo possível, por conseguinte, a propositura de nova ação coletiva com base em prova nova.
- d) Embora a legislação estabeleça como condição para o transporte *in utilibus* da sentença coletiva, a prévia suspensão voluntária da ação individual concomitante de objeto correspondente, admite-se que o Judiciário determine a suspensão dos referidos processos individuais – em qualquer fase que estejam –, nos casos de ação coletiva estar pendente de apreciação no STJ.
- 18) Sobre as prerrogativas da Fazenda Pública no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a incorreta:
- a) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, salvo para a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- b) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- c) Não haverá reexame necessário
- d) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na lei do respectivo ente da Federação.
- 19) Assinale a incorreta: Não se concederá mandado de segurança quando se tratar
- a) De ato comissivo do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;
- b) De ato omissivo do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução
- c) De decisão judicial contra a qual não haja recurso previsto em lei processual, salvo quando proferida pela turma ou plenário do STF
- d) De decisão judicial transitada em julgado.
- 20) Considere as seguintes assertivas a respeito dos recursos:
- I. O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, sendo que o Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
- II. O recurso adesivo será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial, não sendo conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- III. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litiscorsortes, desistir do recurso. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
- IV. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará o respectivo preparo. A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de quinze dias.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- a) I, II e III.
b) I, II e IV.
c) II, III e IV.
d) I, III e IV.

